Mapeamentos das Desigualdades de Renda em Dourados – MS¹

Mappings of income inequality in Dourados-MS

Luana Santos Souza

Licenciada em Geografia – UFGD

luana_souza00@hotmail.com

Alexandre Bergamin Vieira

Prof. Dr. do PPG em Geografia – UFGD

alexandrevieira@ufgd.edu.br

Resumo

Entendemos ser essencial a análise e a compreensão da produção e estruturação do espaço urbano das cidades brasileiras, que cada vez mais se apresentam desiguais, segregadas e excludentes. Neste artigo buscamos compreender as características gerais das discussões sobre desigualdades sociais através da elaboração do mapeamento de indicadores sociais, a fim de revelar a realidade socioespacial da cidade de Dourados – MS. Os mapas temáticos permitem-nos identificar e analisar como a exclusão social e as desigualdades se expressam no espaço intraurbano douradense. Assim o mapeamento dos indicadores sociais proporciona uma melhor visualização espacial da realidade, pois o mapa como instrumento de leitura da realidade, indicando o “o que” e o “onde”, cria uma visão da cidade que é espacial e relacional. Assim, para este texto foram elaborados mapas acerca da renda *per capita* do domicílio, buscando revelar onde a exclusão social é mais evidente, ao identificar o “o lugar de cada um” na cidade de Dourados. Ao mesmo tempo, os mapas auxiliam no processo de implementação de políticas que buscam amenizar o processo de exclusão social.

Palavras-chave: Dourados; Mapeamento; Desigualdade Socioespacial.

Abstract

We believe it is essential to the analysis and understanding of the production and structuring of urban space in Brazilian cities, which increasingly have inequalities, segregated and exclusionary. In this article we try to understand the general characteristics of the discussions on social inequalities through the development of mapping social indicators in order to reveal the socio-spatial reality of the city of Dourados-MS. Thematic maps allow us to identify and analyze how social exclusion and inequalities are expressed in the intra-urban douradense space. So the mapping of social indicators provides a better spatial view of reality, because the map as a true reading instrument, indicating the "what" and "where" creates a vision of the city that is spatial and relational. So for this text were prepared maps on the per capita income of the household, seeking to reveal where social exclusion is more evident, to identify the "place of the each" in the city of Dourados. At the same time, the maps help in policy implementation process seeking to ease the process of social exclusion.

Keywords: Dourados; mapping; Socio-Spatial inequalities

¹ Este texto é parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla intitulada Dourados, Presidente Prudente e São José do Rio Preto: uma análise das desigualdades socioespaciais a partir da Geografia Política, financiada pela FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul).

1. INTRODUÇÃO

O município de Dourados está localizado na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, e possuía, segundo o censo do IBGE (2010), 200.729 habitantes e, assim como outras cidades médias, apresenta um impasse na elaboração de Políticas Públicas, principalmente aquelas voltadas para o combate às desigualdades socioespaciais.

As desigualdades socioespaciais se apresentam no espaço da cidade de longa data, mas, sob o modo de produção capitalista, elas apresentam outra magnitude e que vêm aumentando nas últimas décadas (VIEIRA, 2009), principalmente em decorrência da denominada crise do mundo do trabalho, mesmo com a diminuição dos indicadores de pobreza no Brasil nos últimos anos, demonstrando que pobreza e desigualdade não se confundem, conforme aponta Rocha (2003).

Entendemos que nas cidades médias os processos excludentes são mais perversos do que nas metrópoles, acentuando ainda mais as desigualdades socioespaciais, o que nos remete à discussão da banalização da diferença e da desigualdade e a produção e reprodução do espaço banal (VIEIRA, 2009).

Pois a sociedade contemporânea é marcada por diferenças cada vez mais abruptas, na qual, de um lado, presenciamos sofisticadas técnicas, em consonância com o desenvolvimento científico-informacional, de outro, vivenciamos o adensamento das disparidades sociais, que desagregam, segmentam e/ou desarticulam espaços, ou seja, múltiplas conformações, nas quais incertezas, medos e precariedades vivenciadas se contrastam com a imponente de determinadas construções humanas (FIGUEIREDO, 2014). E isso se apresenta nas cidades médias como algo natural.

É neste sentido que propomos entender/explicar/desmistificar as desigualdades socioespaciais existentes na cidade douradense. Buscando construir uma leitura geográfica sobre os indicadores sociais elaborados com base no Censo Demográfico do IBGE de 2010, revelando as desigualdades socioespaciais que estruturam o espaço da cidade de Dourados e das reservas indígenas Jaguapiru e Bororó, que se localizam contíguas à malha urbana, em sua porção norte.

2. DESIGUALDADE SOCIOESPAL E O PODER PÚBLICO

Considerando a estrutura urbana, os processos e as dinâmicas sociais, Dourados pode ser considerada uma cidade média, conforme afirmam Bernardelli, Calixto e Matushima (2010, p. 02):

Considerando os múltiplos e complexos papéis desempenhados pela cidade de Dourados no contexto regional de Mato Grosso do Sul, podemos considerá-la uma cidade média. É inegável a influência exercida por Dourados como pólo (*sic*) de atração na porção sul do

estado de Mato Grosso do Sul, particularmente nos setores de saúde, educação, serviços, comércio e trabalho.

Desta forma, a cidade se caracteriza como importante centro comercial e de prestação de serviços o que acaba por atrair grandes investimentos ligados a inúmeros setores da economia, como setor financeiro, imobiliários, comercial e de serviços.

Todavia, a vasta dinâmica da economia exercida pelo capital, traz consigo numerosos efeitos perversos, dentre eles, as desigualdades sociais e espaciais que, por sua vez, estão na origem do processo de exclusão socioespacial. Sendo assim, o mesmo se manifesta na produção espacial da cidade, que se expande e se estrutura segregando e excluindo, acabando por ter como resultado deste processo a formação de territórios da exclusão (VIEIRA, 2009), que cada vez mais se expandem nas periferias das cidades médias.

Esta exclusão social, contudo, não deve ser compreendida tão somente como processo específico da cidade, porém a mesma se acentuou/acentua por meio do processo de urbanização de sociedade capitalista já que este processo não foi capaz de assistir as demandas necessárias da sociedade como, mobilidade e acessibilidade, moradia, saúde, educação, lazer, trabalho, cultura, etc., ou seja, não se possibilitou o direito à cidade, conforme preconizado por Lefèbvre (1991).

Sendo assim, a cidade média torna-se um centro dinâmico da acumulação econômica capitalista, esbanjando a cidade luminosa, da qualidade de vida. Contudo, por outro lado, origina um espaço urbano marcado pela desigualdade, que se acirra pela ausência ou inexpressividade de movimentos sociais contestatórios e pela presença de um Poder Público controlado e/ou direcionado por um setor imobiliário ávido por lucros², já que este último agrega um valor de *status* e poder que, conforme aponta Vieira (2009), transforma as cidades médias em patrimonialistas e segmentadas, e é um dos principais fatores no que se refere à perversidade da exclusão social nestas realidades urbanas.

Outro fator a ser considerado no acirramento nos processos excludentes é a omissão do Poder Público, sobre qual Silva (2013), discorre:

A omissão do Estado está presente na ausência de políticas públicas voltada para atender a esta população que esta esquecida em verdadeiros aglomerados humanos, sem direito a áreas de lazer, asfaltamento de ruas, saneamento básico, rede de energia adequada, encanamento e boa distribuição de águas, ordenamento urbanos, coleta de lixo e outras necessidades que possibilitem uma vida digna para os habitantes da cidade (...).

Desta forma, o Poder Público Municipal, desempenha um papel fundamental no processo de desigualdade social dentro da cidade, uma vez que o mesmo é responsável pela elaboração e

² Como exemplo da influência do mercado imobiliária na gestão urbana em Dourados, podemos citar a expansão do perímetro urbano no ano de 2011, quando a Câmara Municipal aprovou o projeto da Prefeitura Municipal que aumentou a área urbana do município em 150%, passando de 86 km² para 211,69 km². Para uma análise mais aprofundada do assunto analisar CAMPOS (2014).

efetivação de políticas públicas que deveriam privilegiar, preferencialmente, àqueles setores da cidade com maiores carências de infraestrutura sejam elas urbanas ou sociais, conforme aponta Figueiredo (2014).

É importante ressaltar que o diagnóstico de desigualdade socioespacial não remete tão somente a questão de renda e moradia, mas, também, à educação, ao lazer, acessibilidade e mobilidade urbana, saúde, questão cultural, psicológica, econômica e socioespacial como um todo, conforme aponta Vieira (2005), entre outros benefícios ou malefícios, como é o caso da insegurança e da violência, que estão imbricadas no serviço de segurança pública de toda e qualquer cidade, independente da sua relação com as demais cidades vizinhas.

Quando o aspecto é renda, o indicador de concentração de renda, determinado pelo Índice de Gini, aponta uma significativa queda entre os anos de 2000 e 2010 em Dourados, passando de 0,618 para 0,521 conforme consta no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2010), acompanhando os dados para o país, que teve queda de 0,596 para 0,527 entre os anos de 2001 e 2013 (IPEA, 2014), reflexos dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Discorrendo sobre o espaço urbano é de suma importância destacar aquilo que Vieira (2005) aborda, em suas entrelinhas, afirmando que a ocupação do solo pelos cidadãos ocorre de forma excludente, ocasionada por diferenciados fatores sendo os dois principais o **econômico** valorizando determinadas áreas da cidade e o **social**, provocando naturalidade às desigualdades existentes. Porém, não podemos descartar os fatores geográficos e ambientais, já que, na maioria vezes, os bairros mais nobres apresentam melhores infraestruturas urbanas, bem como um “clima mais ameno”, por exemplo, que por sua vez acaba por provocar certa padronização e segmentação na ocupação da cidade, como é o caso de Dourados, conforme discorre Silva (2000 p.217-219):

Aqui cabe questionar-se por que a porção noroeste foi a área eleita pela elite local para sua localização (...) essa área foi escolhida por ser elevada, o que possibilitava à sua população evitar enxurradas e alagamentos, comuns em Dourados até final dos anos 70, antes da implantação do sistema de drenagem pluvial. Como até aquele período a maior parte das ruas da cidade era de terra, quando chovia desciam enxurradas e grande quantidade de lama do divisor de águas, situado na porção norte da Cidade (coincidindo aproximadamente com o traçado da atual rua Ponta Porã) em direção a sua porção sul (rua Cuiabá e os bairros Água Boa e Cachoeirinha situados em baixadas) Assim, quem tinha melhores condições procurou se fixar no norte e fugir dos bairros situados no sul da Cidade.

Portanto, o mapeamento de indicadores de desigualdades socioespaciais é importante para a elaboração, execução e avaliação de os projetos de políticas públicas, que visem a diminuição das desigualdades socioespaciais e da exclusão social, uma vez que permite identificar, caracterizar e analisar a mesma, e consequentemente, desenvolver projetos que atendam as mais diversas necessidades do território, que possibilitem uma cidade mais justa e acessível.

3. A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SOCIOESPACIAIS

Para compreensão da produção e estruturação do espaço urbano das cidades brasileiras, que cada vez mais se apresentam desiguais, segregadas e excludentes, propomos a partir de um levantamento de dados junto ao IBGE e das discussões e debates desenvolvidos no interior do LAPLAN³, a respeito de metodologias elaboração de indicadores sociais de desigualdade intraurbana aplicável em cidades médias.

Para isto, a principal fonte de dados para a elaboração destes indicadores foi o aplicativo em software desenvolvido pelo IBGE, através do qual se encontram disponibilizadas as informações de todos os municípios brasileiros, na escala de setor censitário, relativas ao Censo 2010, denominado Estartcart®.

Deste modo, propusemos a elaboração e análise de indicadores socioespaciais de desigualdade intraurbana que possibilitem revelar e desvendar determinadas realidades em que se apresentam os processos desiguais.

Os indicadores obtidos foram mapeados através do software MapInfo®, permitindo, assim, a representação de cada indicador selecionado na base cartográfica digital da malha urbana de Dourados – MS e das reservas indígenas Jaguapiru e Bororó, locais estes escolhidos para a implementação da metodologia do sistema de indicadores sociais de desigualdade intraurbana.

Os resultados finais formam, então, mapas temáticos⁴ por setor censitário de cada indicador social sobre a malha censitária urbana ou das reservas Jaguapiru e Bororó, que se encontram representados em tons de cinzas, no qual o preto corresponde aos os piores setores, e o tom de cinza mais claro para os melhores setores.

4. MAPEAMENTO DAS DESIGUALDADES

O indicador de desigualdade social tem como objeto empírico a cidade de Dourados, mais precisamente o distrito sede e a área referente às reservas indígenas, neste estudo deu-se preferência ao setor censitário como unidade de análise, por ser essa a menor unidade trabalhada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ LAPLAN: Laboratório de Planejamento Regional, FCH, UFGD.

⁴ De acordo com IBGE (2016), a cartografia temática tem como objetivo gerar a representação das informações geográficas referentes a um ou vários fenômenos (físicos ou sociais) de todo o planeta ou de uma parte dele.

Desta forma, os mapas a seguir buscam revelar as desigualdades socioespaciais na cidade de Dourados a partir da perspectiva da renda *per capita* dos domicílios, contemplando a área urbana e as reservas indígenas.

Mapa 1: Domicílios sem renda *per capita* (área urbana) - 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014

O **mapa 1** identifica as áreas com domicílios onde as famílias não possuem renda *per capita*. Diagnosticamos que apenas 39 (ou 13,73%) dos setores censitários não possuem sequer um domicílio em que não haja renda *per capita*. Contudo, em toda a cidade há 1.129 domicílios, que representam 2,06% do total de domicílios da área urbana de Dourados sem renda *per capita*. Ou seja, são 1.129 famílias desassistidas de qualquer programa de geração transferência de renda.

Verificamos, também, que os setores que apresentam o maior índice de domicílios sem renda *per capita* se localizam em um eixo sudoeste/nordeste, correspondendo a 6 setores censitários, cuja variação de domicílios nesta condição varia de 14,61% a 21,43% dos domicílios da área analisada que não possuem renda *per capita*. Assim, o mapeamento permite identificar com exatidão onde se concentra o problema, o que possibilitaria a implementação de políticas públicas específicas que atendessem pontualmente estas famílias.

Já os setores que correspondem índices intermediários, ou seja, aqueles que se encontram na faixa de 0,30% a 13,36% correspondem, juntos, a 85,38% dos domicílios sem renda *per capita* e encontram-se espalhados por toda cidade, da mesma forma os setores que não possuem nenhum domicílio englobado nesta faixa de renda.

No **mapa 2**, o qual mapeia as áreas onde se localizam os domicílios cuja renda *per capita* varia entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, verificamos que parte dos domicílios estão localizados a leste e ao sudoeste chegando a ultrapassar em alguns casos 50% das residências por setor censitário, totalizando 2.801 em toda a cidade.

Mapa 2: Domicílios com renda *per capita* entre 1/2 até 1 salário mínimo (área urbana) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

Já na porção noroeste da cidade, destinada à parcela da população com maior poder aquisitivo, os setores censitários estão englobados em uma classe que varia entre 2,21% a 12,70% o que corresponde a um total de 893 (1,64% do total) domicílios pertencentes a faixa analisada.

Quanto aos setores que encontram em uma variação entre 13,90% a 40,98% verificamos que corresponde a 71,83% do total de setores da cidade, o que engloba a 13.869 domicílios, que estão localizados no centro-sul, e no extremo leste e noroeste da cidade correspondendo a 25,43% de todos os domicílios localizados na área analisada.

É interessante notar, ainda, que o indicador está presente em todos os setores censitários da cidade.

Mapa 3: Domicílios com renda *per capita* mais de 1 a 2 salários mínimos (área urbana) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

No **mapa 3** verificamos que há nítidas mudanças quando a renda *per capita* dos domicílios se eleva um pouco, correspondendo mais de 1 a 2 salários mínimos *per capita*. Mais de 48% dos setores censitários estão englobados no grupo que ultrapassa os 30% dos domicílios com renda *per capita* no patamar apontado, correspondendo a 9.137 (16,75% do total) domicílios enquadrados neste grupo de renda. Contudo, nenhum setor censitário possui mais de 50% dos domicílios com renda *per capita* de mais de 1 até 2 salários mínimos.

Chama atenção, ainda, que não existem setores censitários na cidade sem domicílios nesta faixa de renda, com o menor índice atingindo 9,6% dos domicílios de um setor censitário.

Os mesmos se apresentam em uma distribuição diferente em relação ao mapa anterior, no qual de uma forma mais destacada, com os maiores índices de renda *per capita* por setor censitário, se apresentam no centro sul e ao noroeste do mapa.

Verificamos também que 15.651, dos 54.537 domicílios localizados na área urbana de Dourados, o que corresponde a um total de 28,69%, passam o mês com uma renda *per capita* que varia entre R\$ 510,01 e R\$1.020,00 (em valores de janeiro de 2010). Ou seja, atualizando os valores para o salário mínimo do ano 2014 (R\$724,00)⁵, aproximadamente 30% dos domicílios da área urbana douradense apresentariam uma renda *per capita* um pouco mais elevada que a média nacional (R\$1.052,00) e estadual (R\$1.053,00), conforme apontam os dados da PNAD – Contínua (IBGE, 2014).

Constatamos, ainda, que vários setores que no mapa anterior apareciam em tom mais claro, indicando assim um melhor indicador, como é o caso da área central, do extremo noroeste, apresentam-se, neste mapa, em tons mais escuros configurando-se assim como pior indicador.

Isso ocorre por que no mapa anterior, cujo valor da renda *per capita* analisada tinha uma variação entre 1/2 a 1 salário mínimo, não tínhamos um percentual tão elevado para as áreas citadas acima e, ao analisar o percentual referente a renda mais de 1 a 2 salários mínimos, o percentual torna-se maior. Concluímos, assim, que a maioria dos domicílios localizados nestes setores tem a renda *per capita* na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos mensais.

Já no **mapa 4**, a seguir, a representação da cidade se modifica totalmente pois, se nos mapas anteriores, as áreas mais destacadas, estavam localizadas nas porções leste, sudoeste, sul, noroeste e centro, neste a área mais destacada é a porção norte, onde se localizam e se concentram o maior número de famílias com poder aquisitivo mais elevado.

Na cidade há um total 8.611 domicílios (15,77% do total da cidade) em que a renda *per capita* mensal encontra-se na faixa de mais de 2 até 5 salários mínimos, localizados em 283 setores censitários, haja visto que em apenas um setor censitário não há nenhum domicílio em que a renda se encaixa neste grupo.

É importante salientar que somente 25 setores censitários (apenas 8,8% do total) apresentam o maior índice de domicílios nessa faixa de renda *per capita*, nos quais estão localizados um total de 1.660 domicílios (19,27% do total geral da cidade). Fortalecendo ainda mais aquilo que se diagnostica no dia-a-dia, esta é uma área de concentração majoritariamente de pessoas com maior poder aquisitivo. Portanto, podemos afirmar que, de um modo geral, a classe social menos favorecida encontra-se dispersa por todo o território da cidade, enquanto a classe social mais favorecida tende a se concentrar em pontos específicos do espaço citadino (VILLAÇA, 1998), principalmente pelo fato do poder de compra e de escolha que exercem e, também, do marketing desenvolvido pelo mercado imobiliário, impulsionando, atualmente, as vendas em residenciais fechados, também concentrados

⁵ Como referência utilizamos o salário mínimo com o valor de 2014 pois a comparação realizada com a renda média estadual e nacional tem como referência a PNAD-Contínua, que disponibiliza os valores no ano seguinte ao levantamento.

nesta porção da cidade, mas que ainda não estavam implantados quando da realização do Censo Demográfico 2010.

Mapa 4: Domicílios com renda *per capita* mais de 2 a 5 salários mínimos (área urbana) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

Ao analisarmos o **mapa 5**, abaixo, verificamos que na área urbana de Dourados a concentração da classe mais favorecida se torna ainda mais latente. Podemos verificar que a área com maior destaque está localizada apenas na porção norte da cidade, sendo assim, reforçando o que foi analisado no mapa anterior.

Verificamos que dos 284 setores censitários 232 tem ao menos um domicílio cuja renda ultrapassa R\$3.620,00 por pessoa o que somando todos os domicílios atinge um total de 2.914 em toda a cidade de Dourados, ou seja, em apenas 5,33% dos domicílios a renda per capita mensal é superior a 5 salários mínimos.

Contudo dos 2.914 domicílios 935 estão na área mais destacada no mapa, ou seja, em apenas 12 setores censitários (4,23% do total de setores), o que corresponde a mais de 32% de todos os domicílios com pessoas nessa faixa renda.

Verificamos, ainda, que o segundo grupo de setores com maior índice de domicílios com essa faixa de renda, encontra-se nas imediações dos setores como maior índice também na porção

norte com uma leve tendência a região noroeste da cidade e que, juntos somam 2.083 domicílios, o que corresponde à exatos 71,5% dos domicílios com essa faixa de renda.

Sendo assim, os 831 domicílios restantes estão distribuídos em outros 200 setores censitários dispersos pela cidade, haja vista que 52 não possuem sequer um domicílio com essa faixa de renda.

Mapa 5: Domicílios com renda *per capita* superior à 5 salários mínimos (área urbana) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

Ao analisamos os mapas da reserva indígena verificamos que os índices da renda *per capita* são relativamente e, sem exceção, mais baixos se comparados à área urbana da cidade de Dourados⁶.

No **mapa 6**, que se refere aos domicílios sem renda *per capita* na reserva indígena, constatamos que há 96 domicílios, o que corresponde a 7,06% dos domicílios em toda a reserva indígena, que se encaixam nesta faixa de renda.

O setor censitário com maior incidência de domicílios sem renda *per capita* corresponde a 25 residências (14,20% do total), contudo o setor censitário com maior número de domicílios sem

⁶ É importante frisar que a reserva indígena possui setores censitários que estão localizados no município de Itaporã, contíguo ao município de Dourados.

renda possui 36 residências, porém corresponde somente a 8,05% dos domicílios do setor. Isso ocorre por conta dos números de residências no setor censitário. No primeiro caso há um total de 176 domicílios no setor e, no segundo caso, há um total de 447 residências.

Mapa 6: Domicílios sem renda *per capita* (reserva indígena) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

No **mapa 7** verificamos uma área com maior índice de domicílios com renda de 0,5 até 1 salário mínimo, atingindo quase que 50% de todos os domicílios que neste setor se localizam, o que corresponde a 32 domicílios (2,35% de todos os domicílios localizados na reserva indígena). Ao compararmos com o mapa anterior, notamos que os dois setores que apresentaram menor percentual de domicílios sem renda agora são os mesmos que apresentam os maiores percentuais: 49,46% e 20,93% conforme mostrado a baixo.

Verificamos que, de todos os domicílios localizados na reserva, apenas 17,95%, ou seja, 244 domicílios têm a renda *per capita* dentro da variação de 0,5 até 1 salário mínimo.

Já no **mapa 8** referente a renda *per capita* que varia de mais de 1 até 2 salários mínimos verificamos que não há mudanças na distribuição espacial dos setores no mapa, porém há uma redução drástica nos percentuais.

O número de domicílios que possuem a renda *per capita* com variação entre mais de 1 até 2 salários mínimos é de 52, o que corresponde a 3,82% do total de domicílios da reserva. O setor que

apresenta melhor índice possui apenas 13 domicílios, ou seja, 22,8% de todos os domicílios que se encontram nesta faixa de renda. O setor com o pior índice corresponde a 4 domicílios nesta situação, já os dois outros setores, que juntos tem uma variação de 2,2% a 6,4%, correspondem, conjuntamente, a 40 domicílios com essa faixa de renda.

Mapa 7: Domicílios com renda *per capita* entre mais de 0,5 até 1 salário mínimo (reserva indígena) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

Há, ainda dois setores em que o número de domicílios que se encaixam nessa faixa renda ultrapassa o número de domicílios do setor com o melhor índice, isso ocorre porque no setor em que há o melhor índice existem, somente, 83 domicílios no total, enquanto que nos outros setores, que correspondem a 3,6% e 6,4% com 16 e 19 domicílios cada, possuem 447 e 297 domicílios, respectivamente.

Já no **mapa 9** verificamos que há mudanças significativas no mesmo, a área que até o momento era realçada, perde destaque para área adjacente, ao sul. Ou seja, neste setor, há em relação aos demais setores um percentual mais elevado quando se trata da faixa de renda *per capita* que varia entre mais de 2 até 5 salários mínimos, em contraposição nos mapas anteriores, o percentual deste setor é inferior ao que recebia mais destaque.

Mapa 8: Domicílios com renda *per capita* mais de 1 a 2 salários mínimos (área urbana) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

Contudo o total de domicílios em que a renda enquadra nesta variação é mínima se comparada aos mapas anteriores enquanto no **mapa 7** há 249 domicílios em que a renda varia de 0,5 até 1 e no **mapa 8** existem 57 domicílios em que a renda *per capita* varia entre mais de 1 até 2 salários mínimos, neste mapa há somente 4 domicílios em que a renda se encaixa na variação de mais de 2 até 5 salários mínimos.

Desta forma, em 3 setores censitários não há, sequer, um domicílio com essa variação de renda, em um setor há somente um domicílio, aquele que corresponde a 0,3% e no setor com o melhor índice, que é de 0,7%, tem somente 3 domicílios nessa faixa de renda. Por sua vez, os 4 domicílios correspondem a 0,29% de todos os domicílios da reserva indígena.

Salientamos que o mapa no qual a renda *per capita* ultrapasse os 5 salários mínimos não existe para a área da reserva indígena pois não há domicílios que correspondam a esta faixa de renda.

Observamos, por fim, que o conjunto de mapas de renda, ora apresentados, auxiliam, porém, não determinam, no entendimento da perspectiva de inclusão e/ou exclusão social, criando índices capazes de dialogar com a realidade concreta representada, aqui, por duas áreas distintas: a reserva indígena e a área urbana do distrito sede da cidade de Dourados-MS.

Mapa 9: Domicílios com renda *per capita* mais de 2 a 5 salários mínimos (reserva indígena) – 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseados nos mapas que retratam as desigualdades de renda *per capita* nos domicílios, podemos concluir que a desigualdade socioespacial é elemento importante na estruturação do espaço da cidade de Dourados-MS. Assim, ao observarmos o mapa síntese da área urbana, verificamos que há uma discrepância dentro da malha urbana, conforme constatamos no **mapa síntese 1**.

Cujo mapa síntese foi elaborado da seguinte forma: nos mapas por indicador, para cada setor censitário foi atribuído como “indicador” uma nota, variando entre 1 para menor percentual de concentração de domicílios correspondente e 4 para maior percentual de concentração de domicílios e 2 e 3 para setores intermediários, através disto foram obtidas médias aritméticas para cada setor analisado.

A consolidação da desigualdade na área urbana se dá pelo fato de que os poucos setores censitários que apresentam os melhores índices no que se refere à renda. Constatamos que a faixa de renda em que mais englobam domicílios por renda *per capita* corresponde a de 1 a 2 salários

mínimos, que em percentual corresponde a 28,67% de todos os domicílios. Observamos que são três os setores censitários que apresentam os piores índices localizando-se dois na porção leste e um na porção sudoeste da cidade.

Mapa Síntese 1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

Sendo assim, ao analisarmos a área urbana verificamos que o papel do Poder Público Municipal e dos agentes imobiliários é de suma importância no processo de desigualdade socioespacial, uma vez que nas áreas de maior concentração de setores em que apresenta uma maior faixa de renda, coincide com as áreas mais nobres da cidade, onde se localizam os preços do m² mais caros da cidade e se concentram, recentemente, os principais lançamentos imobiliários, com os condomínios fechados, como podemos ver nos mapas de renda, em especial os mapas 3 e 4, onde concentram-se as classes sociais mais favorecidas, concentrando-se, assim, em outras áreas das cidade as classes menos favorecidas como apontam os mapas 1 e 2.

A separação das distintas classes sociais fica ainda mais nítida, quando comparamos o mapa 1 para com o mapa 4, no qual o primeiro apresenta a concentração de domicílios sem renda *per capita*, no qual os 6 setores que apresentam os maiores índices localizam-se num eixo sudoeste-nordeste. Já o mapa 4 nos apresenta a concentração de domicílios onde a renda *per capita* é mais

elevada, sendo assim os setores que apresentam um poder aquisitivo mais elevado e localizam-se concentrados principalmente na região nordeste da cidade.

Fica evidente, portanto, que há uma desigualdade socioespacial dentro da área urbana e que assim como em outras cidades médias a mesma ocorre de forma perversa e algumas vezes, difícil de diagnosticar. Verificamos também, que à medida que a classe mais favorecida tende a permanecer em determinada área da cidade, configurando assim, uma auto segregação, diagnosticamos que outro elemento importante para com essa configuração de desigualdade espacial esta atrelado ao Poder Público Municipal, em especial ao que se referem políticas habitacionais de loteamentos populares, concentrados na porção da cidade oposta àquela ocupada pela população de maior poder aquisitivos.

Já no que se refere à reserva indígena não se constata uma área de concentração de setores vulnerável a desigualdade socioespacial, já que toda a área pode ser considerada de exclusão socioespacial, principalmente quando comparada com a área urbana conforme demonstrado no **mapa síntese 2**, contudo verificamos que há um setor que se configura como mais vulnerável a desigualdade, observamos que este setor é o há maior concentração de renda *per capita* na variação de 1 a 2 salários mínimos, porém o mesmo setor é o que apresenta o maior índice de domicílios cuja renda varia entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo.

Mapa síntese 2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização: Luana Santos Souza, 2014.

Isto posto, constata-se que as desigualdades sociais se caracterizam como processo fundamental na estruturação das áreas analisadas. Ou seja, a área urbana se segrega em duas áreas distintas: a área mais rica e mais privilegiada separada da área da classe socioespacial mais baixa e menos favorecida, áreas essas que muitas vezes são destinadas a loteamentos populares implantados, ora pelo poder público, ora pelo mercado imobiliário.

Contudo, quando comparamos a área da reserva indígena com a área urbana do distrito sede da cidade de Dourados, verificamos que há uma nítida disparidade. Ou ainda, a ausência de elaboração do mapa por conta da inexistência dos indicadores na área da reserva como é o caso de domicílio em que a renda *per capita* seja igual ou superior a 5 salários mínimos.

Desta forma, fica claro que há uma desigualdade socioespacial dentro da área urbana e que assim como em outras cidades médias a mesma ocorre de forma perversa e algumas vezes, difícil de diagnosticar como ocorre em alguns indicadores. Contudo, ao se comparar a reserva indígena com a área urbana do distrito sede verificamos uma perversa desigualdade socioespacial, para com todos os indicadores no qual a reserva se encontra a margem do processo de desigualdade.

Verificamos também, que à medida que a classe mais favorecida tende a permanecer em determinada área da cidade, configurando assim, uma auto segregação, diagnosticamos que outro elemento importante pra com essa configuração de desigualdade espacial esta atrelado ao Poder Público Municipal, em especial ao que se refere políticas habitacionais de loteamentos populares, concentrados na porção da cidade oposta àquela ocupada pela população de maior poder aquisitivos. Ou seja, a desigualdade não é resultados de processos aleatórios.

Posto isso, verificamos que os mapas sínteses vão ao encontro com aquilo que é constatado no dia-a-dia pelos moradores e com os mapas relacionados acima, ou seja, onde verificamos alguns setores apresentando os melhores índices na porção norte em sentido ao noroeste, e evidenciando ainda mais a perversidade para com as reservas indígenas Jaguapiru e Bororó no qual os mesmos vivem em um aglomerado de exclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE**. Cidades. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 30 de Agosto de 2011.

CAMPOS, BRUNO F. **Fundamentos e dinâmica da produção espacial: aspectos da ampliação do perímetro urbano de Dourados/MS em 2011**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD. 2014.

CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média**. 2006. Trabalho apresentado ao 2º Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, Uberlândia, 2006.

FIGUEIREDO, C. A. S. **As ocorrências de roubos e furtos em Dourados-MS (2007-2012). Apontamentos iniciais sobre a violência urbana em uma cidade média**. Seminário da América Platina, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991

MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa**. Presidente Prudente, 2006

MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES (orgs.). **Exclusão Social em Cidades Brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: ed. UNESP, 2010.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROMERO, H. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados-MS**. Dissertação de mestrado, 123f. UFGD, 2010.

SAUER, L. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão socioespacial em Campo Grande-MS: uma nova reflexão**. Campo Grande, MS, 2012.

SILVA, J.C. da. **O poder público, a dinâmica da produção espacial e a segregação racial na cidade de Salvador-Bahia/Brasil**. Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 2013.

SILVA, M. C. T. da. **Expansão do complexo agro industrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. São Paulo, 1992.

SILVA, V. F. **Os Papéis de Dourados- MS no Contexto Regional: Apontamentos para a Análise de uma Cidade Média**. Dourados-MS 2011.

VIEIRA, A, B. **O Lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana**. UNESP. Presidente Prudente, 2005.

VIEIRA, A, B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. UNESP. Presidente Prudente, 2009.

Trabalho enviado em 03/05/2016
Trabalho aceito em 29/08/2016